

- **Recomendações do seminário internacional Saídas da Escravidão e Políticas Públicas**

1. Recomenda-se a criação de um fórum internacional permanente de formuladores e gestores de políticas públicas voltadas para as populações afrodescendentes, com participação de representantes da sociedade civil. Esse fórum deve articular-se com o processo em marcha de mobilização de parlamentares afrodescendentes das Américas a fim de transformar em proposições legislativas as iniciativas relevantes.
2. Recomenda-se que a Unesco incorpore o combate ao racismo e à discriminação em suas cinco áreas temáticas - Educação, Cultura, Ciências Naturais, Ciências Sociais e Humanas e Comunicação e Informação - numa perspectiva que contemple as especificidades das populações afrodescendentes. Recomenda-se também que a Unesco leve em consideração as discussões e recomendações do evento no contexto da reorganização do Projeto Rota do Escravo.
3. Em vista da necessidade da implementação do Programa de Ação de Durban, e das Metas do Milênio, é necessário que a Unesco apóie, nos países com populações afrodescendentes, em especial os da América Latina, iniciativas da sociedade civil afrodescendente de criação de mecanismos de monitoramento e seguimento de políticas públicas para combater o racismo, a discriminação, a exclusão e a desigualdade racial. Recomenda-se, assim, entre outras medidas, o apoio ao Observatório Afro-latino para a Igualdade Racial e o Combate à Discriminação e ao Racismo.
4. Recomenda-se o apoio de todos os países do hemisfério para a consolidação da Relatoria Especial sobre afrodescendentes, constituída no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA) com vista à promoção do bem-estar das populações Afrodescendentes. Da mesma forma, recomenda-se o avanço das discussões visando à elaboração da Convenção Inter-Americana de Combate a Todas as Formas de Discriminação Racial.

5. Recomenda-se o incremento de medidas judiciais de acordo com o artigo 6º da Icerd - Convenção Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, que garante recursos e remédios judiciais para as violações dos direitos protegidos pela Icerd.
6. Ao longo de cinco séculos, a África tem sido vítima de políticas que têm gerado genocídios. A exploração predatória da mão-de-obra africana ainda carece de um reconhecimento formal e de práticas inclusivas que façam reverter seus efeitos, especialmente no que diz respeito ao acesso a tecnologias monopolizadas por corporações e potências mundiais. Nesse sentido é necessário a reelaboração de um pan-africanismo que reconheça a importância do continente africano *na* e *para* a história da humanidade. Conclama-se todas as nações a contribuir para a reconstrução do continente africano, estabelecendo um novo padrão de relações internacionais.
7. Com o fim de contribuir para a estabilidade mundial, recomenda-se a construção de alianças multilaterais entre os países da Diáspora Africana, que se encontram vulneráveis no cenário internacional, buscando benefícios para suas populações com a implantação de políticas inclusivas.
8. Em Durban, as Nações Unidas reconheceram, pela primeira vez, os afrodescendentes como um grupo específico, que requer políticas adequadas. Recomenda-se que sejam feitas gestões para o aperfeiçoamento dos mecanismos de diálogo com as organizações e representantes afrodescendentes. Sugere-se também que sejam criados mecanismos de financiamento da participação desses atores nas reuniões do grupo de trabalho sobre afrodescendentes, assim como dos demais mecanismos de monitoramento de Durban - o Grupo de Experts Eminentes e o Grupo de Trabalho Intergovernamental - bem como nas reuniões do Comitê pela Eliminação da Discriminação Racial (Cerd).
9. O conhecimento da história das Américas passa necessariamente pelo conhecimento da história do continente africano. Além disso, deve-se reconhecer que elementos da diáspora em uma cultura

fazem parte do mapeamento afro-diaspórico, tão caro à reconstrução das identidades. Recomenda-se, assim, a adoção de legislações nacionais que promovam instrumentos e ações pedagógicas no sentido de reconhecer a contribuição de todas os grupos raciais e étnicos.

10. Recomenda-se a adoção de políticas de ação afirmativa em um sentido amplo, sinalizando para a necessidade de se construírem estratégias de inclusão - acesso em idade ideal, permanência e sucesso escolar- em todos os níveis e modalidades de ensino.
11. Dada a importância da intervenção da máquina institucional prioritariamente nas questões relacionadas às comunidades negras rurais (remanescentes de quilombos, palenques, maroons), bem como à saúde, trabalho e educação das populações negras, recomenda-se a transversalidade, a descentralização e a gestão democrática como formas de gerenciamento inovadoras e estratégicas para a materialização das políticas públicas voltadas para essas populações.
12. Recomenda-se o incremento de legislação regulamentando cláusulas de inclusão e igualdade racial nas relações de trabalho.
13. Recomenda-se a implementação de políticas públicas de ação afirmativa para as populações negras no âmbito das licitações e compras públicas, com o estabelecimento de planos de metas através de incentivos fiscais favoráveis aos empreendimentos dos negros e negras; pontuação positiva nas licitações para as empresas que desenvolvam ações afirmativas; financiamento de empreendedorismo e desenvolvimento empresarial das populações negras.
14. Recomenda-se a introdução de mecanismos de avaliação nos orçamentos públicos das alocações de recursos voltados para a implementação de políticas públicas de promoção das populações negras e de combate ao racismo, buscando-se um aporte de recursos adequado às suas necessidades.

15. Devido à necessidade de tornar viável a formulação, execução e o monitoramento de políticas públicas voltadas para as populações Afrodescendentes, recomenda-se a produção de indicadores sensíveis às especificidades dessas populações, desenvolvendo-se categorias capazes de apreender os diferentes grupos étnicos e raciais que compõem a população.

16. Recomenda-se que as instituições co-organizadoras do Seminário façam chegar o presente documento às suas respectivas instâncias superiores de gestão e promovam sua disseminação entre seu público. Igualmente, recomenda-se que o Ministério das Relações Exteriores do Brasil encaminhe o presente documento a todos os governos, especialmente da América Latina e Caribe e África.